

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE INSTRUTORES DE ATIVIDADES DE AVENTURA NA NATUREZA EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Recebido em: 19/09/2017

Aceito em: 02/05/2018

*Aureo José Amaral Junior*¹

*Jamille Machado Vaz*²

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis – SC – Brasil

*Priscila Mari dos Santos Correia*³

*Miráira Noal Manfroi*⁴

*Juliana de Paula Figueiredo*⁵

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis – SC – Brasil

*Alcyane Marinho*⁶

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis – SC – Brasil

RESUMO: Este estudo objetivou caracterizar a formação e atuação profissional de instrutores de atividades de aventura na natureza atuantes em Florianópolis (SC). Realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. Participaram 22 instrutores de atividades de aventura na natureza. As informações foram coletadas por meio de um questionário contendo perguntas mistas e analisadas por intermédio da estatística descritiva e da técnica de análise de conteúdo. A média de idade dos instrutores é de $39,5 \pm 12,1$ anos, sendo a maioria do sexo masculino (18). A maioria tem ensino médio (9) ou superior (9) e participaram de cursos de aperfeiçoamento nos últimos cinco anos (13). As vivências práticas são, prioritariamente, apontadas como formação considerada necessária para atuar na área. A

¹ Bacharel em Educação Física, Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Bacharel em Educação Física, Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

³ Doutoranda em Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Laboratório de Pesquisa em Lazer e Atividade Física (LAPLAF) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁴ Doutoranda em Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Laboratório de Pesquisa em Lazer e Atividade Física (LAPLAF) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁵ Doutoranda em Educação Física, Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Laboratório de Pesquisa em Lazer e Atividade Física (LAPLAF) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁶ Doutora em Educação Física, Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Laboratório de Pesquisa em Lazer e Atividade Física (LAPLAF) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

maioria mostra-se satisfeito com a atuação na área (18), porém desempenham outras atividades profissionais (13).

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Aventura na Natureza. Capacitação Profissional. Atividades de Lazer.

TRAINING AND PROFESSIONAL ACTION OF INSTRUCTORS OF ADVENTURE ACTIVITIES IN NATURE IN FLORIANÓPOLIS (SC)

ABSTRACT: This study aimed to characterize the training and professional performance of instructors of adventure activities in nature acting in Florianópolis (SC). A descriptive research was carried out, with qualitative and quantitative approaches. 22 instructors participated in adventure activities in nature. The information was collected through a questionnaire containing mixed questions and analyzed through descriptive statistics and the technique of content analysis. The mean age of instructors is 39.5 ± 12.1 years, the majority being male (18). Most have a high school (9) or higher (9) and have attended further education courses in the last five years (13). Practical experiences are, as a matter of priority, identified as training deemed necessary to work in the area. Most are satisfied with the performance in the area (18), but they do other professional activities (13).

KEYWORDS: Adventure Activities in Nature. Professional Training. Leisure Activities.

Introdução

A procura pela vivência de atividades de aventura na natureza não é um fenômeno recente; contudo, sua sistematização no âmbito das pesquisas no contexto do lazer no cenário brasileiro parece ter aumentado a partir da década de 1990 e, expressivamente, na última década, indicando a premência de investigações acadêmicas sobre tais atividades (INÁCIO *et al.*, 2016). A aventura vem sendo investigada na literatura científica brasileira por meio de diferentes termos, tais como "esportes de aventura" (COSTA, 2004; PAIXÃO, 2012), "atividades de aventura" (AURICCHIO, 2013), "atividades físicas de aventura na natureza" (BÉTRAN; BÉTRAN, 2006), "práticas corporais de aventura na natureza" (INÁCIO *et al.*, 2016), "esportes e atividades de lazer na natureza" (ARAÚJO, 2012), dentre outras nomenclaturas,

retratando a complexidade do fenômeno e as opções acadêmicas, políticas e epistemológicas dos estudiosos do assunto. Para o presente estudo, optou-se pela adoção do termo "atividades de aventura na natureza", o qual, de acordo com Marinho (2008), abarca uma gama mais ampla de possibilidades e sentidos de vivências dessas atividades, as quais ocorrem privilegiadamente nos momentos de lazer, transcendendo as características dos ditos esportes tradicionais (futebol, voleibol, basquetebol, etc.) e, assim, denotando a existência de condições de prática, meios (aquático, aéreo, terrestre), equipamentos, objetivos e profissionais específicos.

Assim como existem diferentes expressões sendo associadas à aventura, Figueiredo (2012) ressalta que os profissionais que atuam com essas atividades no contexto do lazer são tratados nas produções acadêmicas brasileiras principalmente como "guias", "instrutores", "monitores" ou "condutores". Embora as normas que regem o turismo de aventura no Brasil, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em parceria com o Ministério do Turismo, refiram-se aos profissionais que atuam com atividades nesse ramo como "condutores" (ABNT, 2005a, 2005b, 2007), é possível concordar com Costa (2004) que o termo "instrutor" parece melhor retratar as atividades de ensino que ocorrem neste contexto, sendo mais frequentemente utilizado nos estudos brasileiros sobre o assunto e, portanto, adotado nesta pesquisa.

Esses instrutores são foco deste estudo em função do número crescente de adeptos às atividades de aventura na natureza no contexto do lazer, em diferentes cidades brasileiras, bem como da literatura ainda incipiente e relativamente recente, no cenário nacional, acerca da formação desses profissionais e das características de sua atuação (ARAÚJO, 2012; AURICCHIO, 2013; PAIXÃO, 2012; PAIXÃO; TUCHER,

2010; SCHWARTZ; CARNICELLI FILHO, 2006). Na visão de Paixão e Tucher (2010), as atividades de aventura na natureza constituem-se em um campo de intervenção profissional que ainda é desprovido de um perfil do indivíduo que se encontra à frente na instrução dessas atividades, haja vista que sua formação e competência apresentam-se de forma difusa, não havendo, no Brasil, um curso de formação universitária específica para o profissional que atua com essas atividades. No entanto, nas discussões sobre o assunto, frequentemente recorre-se à área da Educação Física em decorrência de sua vinculação histórica com o esporte em diferentes contextos e ambientes.

Contribuindo com este cenário, as discussões sobre a formação profissional em Educação Física, alavancadas a partir da década de 1990, as quais implicaram mudanças na estrutura curricular dos cursos universitários de formação inicial na área no sentido de contemplar a ampliação dos campos de intervenção desta área (NASCIMENTO, 2002, 2006), também contribuíram para a expansão das atividades de aventura no âmbito desta área do conhecimento, especialmente por meio da criação de disciplinas específicas nos currículos e de grupos de pesquisa sobre o assunto (SANTOS *et al.*, 2015; MARINHO *et al.*, 2016; TEIXEIRA; MARINHO, 2010). Para além disso, recentemente, com a elaboração da Base Nacional Comum Curricular, incluiu-se o conteúdo "práticas corporais de aventura" no componente curricular Educação Física no contexto da Educação Básica. A construção deste documento visa orientar a elaboração curricular do sistema educacional brasileiro, por meio da estruturação de objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento para cada etapa de escolarização, conforme os componentes curriculares de cada área do conhecimento, de modo a colaborar com a qualidade da educação (BRASIL, 2016).

Diante desse aspecto, salienta-se a perspectiva de mudanças no que se refere à formação inicial e continuada no campo da Educação Física, pois, sem a exploração de propostas metodológicas críticas, a inserção das práticas corporais de aventura na natureza na Base Nacional Comum Curricular como conteúdo a ser obrigatoriamente trabalhado na Educação Física Escolar perderia o sentido, a importância e o significado (INÁCIO *et al.*, 2016). Todavia, deve-se ressaltar que as atividades de aventura na natureza não são propriedade exclusiva da Educação Física (TEIXEIRA; MARINHO, 2010) e que os cursos de graduação são apenas uma das possibilidades de desenvolvimento profissional para atuação em contextos que envolvam o movimento humano (NASCIMENTO, 2002, 2006), tais quais o das atividades de aventura na natureza.

Alguns dentre os poucos estudos realizados no Brasil sobre a formação profissional de instrutores dessas atividades retratam que a maioria desses indivíduos não possui ensino superior ou se graduou em outras áreas do conhecimento que não a Educação Física (AURICCHIO, 2013; SCHWARTZ; CARNICELLI FILHO, 2006), enquanto outros revelam o oposto (ARAÚJO, 2012; PAIXÃO; TUCHER, 2010). De qualquer forma, todos são unânimes em apontar que esses instrutores vêm sendo preparados para atuar com atividades de aventura na natureza principalmente por meio de cursos de curta duração oferecidos por empresas atuantes no ramo do turismo de aventura e por entidades representativas de determinadas modalidades dessas atividades (associações, federações e confederações); ou, ainda, por meio das próprias experiências práticas na instrução dessas atividades.

Nesse contexto, torna-se interessante aproximar-se da realidade de Florianópolis (SC), a qual é conhecida por seu potencial turístico, por suas mais de 40 praias e

ambientes favoráveis à prática de atividades de aventura na natureza no contexto do lazer. Conforme Schwartz e Carnicelli Filho (2006), é possível constatar a existência mais frequente de empresas atuantes no âmbito do turismo de aventura em cidades com potencial geográfico para o desenvolvimento de atividades neste âmbito, ou seja, nos locais ricos em relevos diversificados e em recursos naturais, como cachoeiras, rios e praias. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo caracterizar o perfil de formação e atuação profissional de instrutores de atividades de aventura na natureza no contexto do lazer, atuantes em Florianópolis (SC).

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma investigação de campo, com corte transversal, do tipo descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa dos dados. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), tem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis. Conforme Minayo (2012), por meio da abordagem qualitativa, permite-se conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir, da mesma forma com que é possível trabalhar com o universo de significados, motivos, valores, crenças e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. A abordagem quantitativa, por sua vez, segundo Marconi e Lakatos (2009), permite estabelecer relações e causas entre as variáveis analisadas, considerando as quantidades, as quais são expressas por meio de dados numéricos levantados a partir dos instrumentos de coleta de dados utilizados.

Participaram desta pesquisa 22 instrutores de atividades de aventura na natureza atuantes em 16 empresas desse ramo em Florianópolis (SC). Como critérios de inclusão

para participação neste estudo foi determinado o tempo mínimo de um ano de atuação profissional como instrutor de atividades de aventura na natureza, assim como a idade mínima de 18 anos. Por sua vez, como critérios de exclusão foi estabelecido o afastamento do contexto de atuação profissional como instrutor de atividades de aventura na natureza por qualquer motivo durante o período de coleta de dados, bem como o fato de não saber ler e/ou escrever, impossibilitando responder aos questionamentos do instrumento de coleta de dados utilizado.

É pertinente explicar que não foram utilizados procedimentos probabilísticos para a seleção dos participantes deste estudo. Mediante um levantamento inicial acerca das empresas atuantes no ramo da aventura em Florianópolis (SC), realizado a partir dos cadastros na Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR), na Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e a partir dos *sites* da prefeitura local e das confederações, federações e associações das diferentes modalidades contempladas por essas atividades, foram identificadas 48 empresas, sendo todos os profissionais atuantes como instrutores nesses estabelecimentos convidados a participar deste estudo por meio de contato virtual (*e-mail*), telefônico e presencial. Os 22 profissionais que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos e aceitaram participar deste estudo atuam em 16 empresas de quatro regiões da cidade (Leste, Norte, Sul e Centro), as quais ofertam diferentes atividades de aventura na natureza, tais como: remo, surfe, *stand up paddle*, *kitesurf*, *windsurf*, mergulho, voo livre.

Para o levantamento dessas empresas, o qual permitiu a participação dos instrutores de atividades de aventura neste estudo, foram consideradas as atividades realizadas em todos os tipos de ambientes naturais, conforme proposto por Betrán e Betrán (2006), a saber: terra, água e ar. Deve-se esclarecer, entretanto, que alguns tipos

de atividades de aventura na natureza não foram contempladas neste estudo, embora listadas em órgãos como a Santur e a ABETA, por não estarem contempladas na classificação de Betrán e Betrán (2006), tais como a pesca e o golfe.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário construído e validado especificamente para este estudo, contendo 16 perguntas mistas (abertas e fechadas) acerca das características pessoais (sexo, idade, estado civil, renda mensal média derivada exclusivamente das atividades profissionais como instrutor, experiência como praticante e como competidor de atividades de aventura na natureza); da formação profissional (formação inicial, formação continuada, formação considerada necessária, fontes de conhecimentos); e da atuação profissional (modalidades e tempo de atuação, características de atuação, outras profissões, motivação e satisfação profissional).

Seguindo as orientações de Santos e Gheller (2012) e de Dal Pupo; Schutz e Santos (2011), este instrumento passou por um processo de validação de conteúdo e avaliação de clareza de linguagem por meio de sua análise por três professores doutores, estudiosos da temática em questão, e também por meio da análise de quatro profissionais de atividades de aventura na natureza atuantes no Brasil - neste caso, especificamente no que se refere à avaliação da clareza da linguagem empregada nas questões. O procedimento foi realizado via e-mail e durou dois meses, havendo três rodadas de avaliação. Para cada questionamento os colaboradores do processo de validação deveriam atribuir uma nota, de zero a dez, avaliando a pergunta, no que se refere ao seu conteúdo, em "não válida" (notas de zero a quatro); ou, "pouco válida" (notas de cinco a sete); ou, "válida" (notas de oito a dez); e, no que concerne à sua clareza, em "confusa" (notas de zero a quatro); ou, "pouco clara" (notas de cinco a sete);

ou, "clara" (notas de oito a dez). Os avaliadores também poderiam descrever sugestões e/ou fazer comentários acerca de cada questão.

A versão final validada foi obtida por meio do alcance do índice 0,090 de validade de conteúdo e de 0,086 de clareza na linguagem adotada, na visão dos professores doutores; e de 0,092 de clareza, na avaliação dos profissionais, tendo em vista que, de acordo com Dal Pupo; Schutz e Santos (2011), um instrumento de medida pode ser considerado válido e claro quando seus índices forem maiores ou iguais a 0,8. Tem-se ciência dos limites desta técnica de validação, mas ao seguir todo o rigor científico necessário para sua realização, assegura-se a coerência entre o que o instrumento se propõe identificar e sua real estrutura e conteúdo.

O questionário foi respondido individualmente, por cada participante do estudo, em seus locais habituais de prática profissional como instrutores de atividades de aventura na natureza. Os pesquisadores, embora presentes no momento das respostas pelos instrutores, não interferiram nas mesmas. As informações coletadas foram analisadas por meio da estatística descritiva, especialmente por meio de medidas como frequência simples, média e desvio padrão, utilizando-se o *software* Microsoft Excel versão 2010 (abordagem quantitativa); e por meio de elementos da técnica de análise de conteúdo (abordagem qualitativa), seguindo as orientações de Bardin (2009).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob número do parecer 460.441, de 18/11/2013. Os participantes do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo uma para eles mesmos e outra para os pesquisadores. Ressalta-se que os nomes dos instrutores de atividades de

aventura apresentados ao longo do estudo são fictícios, a fim de preservar a identidade dos investigados.

Resultados e Discussões

A média de idade dos 22 instrutores de atividades de aventura na natureza, participantes deste estudo, é de $39,5 \pm 12,1$ anos, tendo o mais novo 18 e o mais velho 62 anos. A Tabela 1, a seguir, apresenta as demais características desses profissionais.

Tabela 1: Características dos participantes do estudo (n=22).

Variáveis	Frequência
Sexo	
Feminino	4
Masculino	18
Idade	
18 a 30 anos	5
31 a 45 anos	11
46 a 60 anos	4
61 anos ou mais	1
Estado civil	
Solteiro(a)	12
Casado(a)/união estável	6
Separado(a)/divorciado(a)	4
Renda mensal média	
Um salário mínimo*	1
De um a dois salários mínimos	6
De dois a quatro salários mínimos	12
De quatro a seis salários mínimos	2
Acima de seis salários mínimos	1
Praticante atual de atividades de aventura na natureza	
Sim	20
Não	2
Competidor em eventos de atividades de aventura na natureza	
Nunca competiu	8
Já competiu como amador	11
Já competiu como profissional	3

*Um salário mínimo é equivalente a R\$ 678,00 - valor vigente no ano da coleta de dados (2014).

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

As características dos instrutores de atividades de aventura na natureza, aqui investigados, no que concerne, principalmente, ao fato de a maioria ser do sexo masculino e adulto jovem, corroboram com as características de instrutores de diferentes modalidades de aventura investigados em outros estudos brasileiros (ARAÚJO, 2012; FIGUEIREDO, 2012; PAIXÃO; TUCHER, 2010; SCHWARTZ; CARNICELLI, FILHO, 2006).

Apesar de as atividades de aventura na natureza representarem uma demanda profissional em expansão na atualidade, o envolvimento das mulheres nessas atividades, seja como praticantes/atletas ou como instrutoras, ainda se dá de forma restrita, especialmente devido a resquícios de estigmas e preconceitos socialmente arraigados na cultura. Contudo, algumas mulheres vêm ultrapassando essas barreiras que limitam sua presença nas atividades de aventura na natureza, especialmente por meio de sua participação como atletas de determinadas modalidades de aventura (SCHWARTZ *et al.*, 2013; SCHWARTZ *et al.*, 2016).

Schwartz *et al.* (2016), ao investigarem 16 mulheres praticantes de corrida de aventura (n=6), escalada em rocha (n=3), *mountain bike* (n=2), paraquedismo (n=2), *rafting* e *skate* (n=1), verificaram que as mulheres se inserem nessas atividades, principalmente, pelo gosto e pela identificação com as modalidades que praticam. Além disso, as mulheres investigadas utilizam as tecnologias (como as redes sociais) para disseminar suas próprias atuações. Contudo, os autores salientam que a visibilidade das mulheres como competidoras profissionais dessas modalidades e o respeito às suas iniciativas ainda se constituem em um desafio a ser superado, tornando-se importantes novos esforços a fim de contribuir para ampliar as possibilidades de atuação das

mulheres nos diversos segmentos da aventura, incluindo-se, neste caso, o segmento da atuação profissional como instrutoras dessas atividades.

No que se refere ao estado civil e à renda mensal média, derivada exclusivamente da atuação profissional como instrutor de atividades de aventura na natureza, não foram encontrados resultados nos estudos consultados sobre o assunto a fim de contrapor com aqueles constatados na presente pesquisa. No entanto, assim como apontado por Araújo (2012), a baixa renda possibilitada pela atuação neste segmento implica, muitas vezes, na necessidade de atuação com outras atividades profissionais. Conforme será discutido adiante, neste estudo esta característica de atuação dos instrutores investigados também se tornou evidente.

É necessário descrever que, quando os participantes do estudo foram questionados se eram praticantes ou se haviam praticado alguma atividade de aventura na natureza, a fim de indicar suas experiências como praticantes dessas atividades, sete instrutores indicaram uma atividade, com a qual também atuam profissionalmente como instrutores, mas 15, para além das atividades que atuam, também citaram outras possibilidades, no mesmo ou em outros ambientes naturais. Foram elencadas 21 modalidades distintas que estes profissionais vivenciam, conforme apresentadas na (TABELA 2).

Tabela 2: Atividades praticadas pelos participantes do estudo* (n=15).

Variáveis	Frequência
Ambiente aquático	
Surfe	14
<i>Stand up paddle</i>	7
Remo	5
Mergulho	5
<i>Kitesurf</i>	4
<i>Windsurfe</i>	3
Vela	3
Canoagem	2

Natação de travessia	1
<i>Bodyboard</i>	1
<i>Rafting</i>	1
Ambiente terrestre	
Trilha	4
Ciclismo	2
Rapel	2
<i>Sandboard</i>	1
<i>Windcar</i>	1
Montanhismo	1
Skate	1
<i>Mountain bike</i>	1
Ambiente aéreo	
Voo livre	3
Paraquedismo	1

*Os participantes poderiam responder a mais de uma opção.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Apenas dois profissionais não praticam mais as atividades que mencionaram (mergulho, natação de travessia; e remo) e outros nove não praticam, pelo menos, uma dentre as atividades que citaram. O tempo médio de prática das atividades mencionadas pelos profissionais é de $16,1 \pm 12,2$ anos, sendo que o menor tempo de prática foi por durante um ano (ou, apenas uma vez, os quais não foram incluídos no cálculo referente ao tempo médio de prática); e, o maior tempo, durante 41 anos (ou, “todos os dias”, respostas estas não inclusas na média do tempo de prática).

Por sua vez, quando indagados sobre terem competido em eventos de atividades de aventura na natureza, revelando as experiências dos instrutores como competidores nessas atividades, dentre os 14 que responderam positivamente, foram citados eventos que englobam, principalmente, as modalidades com as quais os participantes do estudo atuam profissionalmente (surfe, remo, *kitesurf*, entre outras).

Schwartz e Carnicelli Filho (2006), em estudo com 20 instrutores de *rafting*, ressaltam que as experiências prévias no local de atuação ou com a própria atividade de aventura que atuam favorecem certo domínio da situação e o sentimento de

autoconfiança; entretanto, a passagem desta situação espontânea para o controle das vivências de outras pessoas apresenta outro grau de dificuldade, no sentido de ter pessoas sob sua responsabilidade, muitas vezes, sem qualquer familiaridade com o ambiente em questão ou com as exigências técnicas da modalidade. Acredita-se que essas considerações possam ser ampliadas às demais modalidades de atividades de aventura na natureza, implicando inquietações relacionadas à diferenciação entre as experiências prévias, como praticantes e/ou competidores dessas atividades, e o domínio do ensino e da transmissão de conhecimentos imbricados na atuação como instrutores de tais atividades.

No que se refere às características da formação profissional dos instrutores investigados, apresentam-se os resultados do estudo na (TABELA 3).

Tabela 3: Características da formação profissional dos participantes do estudo (n=22).

Variáveis	Frequência
Maior nível de escolaridade	
Ensino médio completo	9
Ensino superior completo	9
Pós-graduação - Especialização	2
Pós-graduação - Mestrado	2
Instituição de Ensino Superior - IES (n=13*)	
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	7
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	1
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	1
Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC	1
Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN	1
Centro Universitário Metodista IPA de Porto Alegre	1
Ano de conclusão do ensino superior (n=13*)	
Década de 1980	1
Década de 1990	4
2000 a 2005	2
2006 a 2010	3
2011 a 2014	2
Participação em cursos de capacitação/aperfeiçoamento profissional	
Sim	13
Não	5

Não informou	4
Formação considerada necessária para atuar com atividades de aventura na natureza**	
Curso de graduação	10
Curso de pós-graduação	2
Cursos técnicos específicos	14
Vivências práticas	20
Outras	4
Fontes de conhecimentos adquiridos para atuar com atividades de aventura na natureza**	
Curso de graduação e/ou de pós-graduação	9
Cursos de capacitação/aperfeiçoamento profissional	11
Experiências como praticante e/ou competidor(a)	21
Outras	4

*Um participante não especificou a IES e o ano de conclusão da graduação.

**Os participantes poderiam responder a mais de uma opção.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Especificamente sobre o nível de escolaridade dos profissionais investigados, deve-se complementar os dados apresentados na Tabela 3 informando que, dentre os nove instrutores que responderam ter ensino médio completo, seis têm nível superior incompleto, tendo interrompido a graduação em Educação Física (n=3), Psicologia (n=1) e outros cursos não especificados (n=2). Além disso, um destes profissionais informou estar com nível superior em andamento em Educação Física. Os outros 13 participantes do estudo com ensino superior completo, graduaram-se em: Educação Física (n=5), Administração (n=2), Engenharia de Aquicultura (n=2), Engenharia Sanitária (n=1), Economia (n=1), Ciências Biológicas (n=1) e Tecnólogo em Radiologia (n=1). Dois destes profissionais - um com formação inicial em Educação Física e outro em Engenharia Sanitária - têm, respectivamente, curso de especialização em Treinamento Esportivo (concluído em 2010) e em Treinamento e Gestão de *Bodyboard* (concluído em 2008). Ainda, outros dois, com formação inicial em Educação Física e em Engenharia de Aquicultura, têm Mestrado em Psicologia e em Botânica,

respectivamente; por fim, um, com formação inicial em Engenharia de Aquicultura, está cursando Mestrado em Aquicultura.

Esses resultados divergem daqueles encontrados no estudo de Scwhartz e Carnicelli Filho (2006), no qual 70% dos instrutores de *rafting* investigados não possuíam formação em nível superior. Na mesma direção, no estudo de Auricchio (2013), 54,4% dos instrutores, de diferentes atividades de aventura, pesquisados em três cidades do Estado de São Paulo, possuíam formação em nível médio. Entre os que possuíam nível superior, o principal curso de graduação era o de Administração, seguido do de Educação Física. Scwhartz e Carnicelli Filho (2006) advertem, entretanto, que o simples fato de se cursar o ensino superior não garante que a atividade profissional seja desenvolvida com sucesso ou com o desempenho desejado. Porém, apenas os cursos técnicos oferecidos por agências limitam, sobremaneira, a atuação desses profissionais, tendo em vista que, nestes cursos, as informações geralmente se restringem ao manejo e domínio das ações e materiais envolvidos, deixando de lado todos os componentes didático-pedagógicos e psicológicos que envolvem a transmissão de conhecimentos. Elementos estes que são viabilizados nos cursos de formação inicial em nível superior, especialmente na área Educação Física.

Por outro lado, os resultados do presente estudo corroboram com os achados da pesquisa de Paixão e Tucher (2010), em Minas Gerais, dentre os quais se destaca que 71% dos instrutores investigados pelos autores possuíam nível superior, sendo 43% graduados em Educação Física e o restante em diferentes áreas, como Direito, Administração, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Mecatrônica, Agronomia, Turismo, Fisioterapia, Ciências da Computação, Letras e Psicologia. No trabalho de Araújo (2012), com 15 instrutores atuantes em Belo Horizonte (MG), 11 possuíam

formação em nível superior, sendo três em Educação Física e, os demais, em Administração, Ciências Biológicas, Medicina, Matemática e Comunicação Visual. Contudo, apenas os graduados em Educação Física informaram terem tido acesso a conhecimentos teóricos ou práticos para desenvolver a atividade profissional com lazer na natureza.

É pertinente destacar que a inclusão de disciplinas específicas sobre o tema aventura nos cursos de graduação em Educação Física ainda é uma realidade recente e em expansão; contudo, a presença de tais disciplinas em cursos da referida área oferecidos por instituições públicas de ensino superior de Santa Catarina foi identificada nos estudos de Santos *et al.* (2015) e de Marinho *et al.* (2016), corroborando com o fato de a maioria das instituições de ensino superior na qual os investigados concluíram sua formação inicial estarem localizadas em Santa Catarina.

O ano de conclusão do curso de formação inicial mostra que, para alguns instrutores, a obtenção dos conhecimentos adquiridos por meio do ensino superior é recente, enquanto para outros esses conhecimentos foram adquiridos há mais de 20 anos. Independentemente disso, a maioria dos instrutores, quando questionados acerca da participação, nos últimos cinco anos (de 2010 a 2014), em cursos de capacitação ou de aperfeiçoamento profissional (como *workshops*, palestras, oficinas, congressos, etc.) sobre atividades de aventura na natureza afirmaram ter participado de iniciativas desse teor, envolvendo principalmente as atividades que atuam profissionalmente como instrutores, tais como cursos e clínicas específicas para capacitação em remo (n=3), fornecidos pela Confederação Brasileira de Remo; surfe (n=2); *stand up paddle* (n=1), mergulho (n=1); e parapente (n=1). Também foram mencionados cursos específicos de primeiros socorros (n=3); arbitragem para competições de vela e de *windsurf*, ofertado

pela Federação Catarinense de Vela e pela Associação Catarinense de *Windsurf* (n=1); gestão de segurança e gestão empresarial, oportunizado pela Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA (n=1); prevenção e defesa da natureza (n=1), gestão de trabalho e preservação ecológica (n=1); e outros encontros, palestras e *workshops* (n=4). Ainda, um participante informou que ministra cursos internacionais de surfe (*British Surfing Association*), assim como cursos nacionais (Associação Catarinense de Escolas de Surf).

No estudo de Auricchio (2013), 80,7% dos instrutores investigados informaram ter participado de cursos de formação específica com as atividades de aventura que atuam profissionalmente, enquanto que, na pesquisa de Schwartz e Carnicelli Filho (2006), 75% dos instrutores reconheceram a necessidade de se manterem atualizados tecnicamente, o que se dá, normalmente, de forma individual e por busca pessoal. Além disso, os 20 instrutores investigados pelos autores apontaram a falta de esclarecimentos em relação às maneiras de se lidar com o público, especialmente com aqueles que apresentam maior dificuldade no envolvimento com a ambiente, no qual é desenvolvida a atividade que atuam.

Nessa direção, destaca-se a premência de oferecimento de cursos e iniciativas desse teor por entidades representativas das diferentes modalidades de atividades de aventura na natureza, bem como por instituições de ensino superior, de forma a atender às reais necessidades profissionais desses indivíduos, fortalecendo e contribuindo para o desenvolvimento do segmento da aventura. Para Marinho e Inácio (2007), o profissional que venha a trabalhar com as atividades de aventura na natureza no contexto do lazer deve saber as possibilidades que tais atividades oferecem desde sua formação. Seria interessante, por exemplo, entender e explicar quais variáveis fisiológicas interferem em

uma caminhada ou em uma corrida de orientação; quais músculos são mais exigidos nas remadas da canoagem; como as relações sociais se estabelecem entre escaladores; entre outros exemplos, agregando diferentes disciplinas e saberes. Nesses apontamentos, tem-se registrado não apenas a necessidade de inclusão das atividades de aventura na natureza na área da Educação Física e nos cursos de capacitação de forma geral, mas de que haja um projeto interdisciplinar, com a indispensável inclusão de saberes tradicionais, ampliando e enriquecendo a formação de novos cidadãos. Dessa forma, os autores apontam a ação interdisciplinar como um dos pilares para uma prática ética no âmbito das atividades de aventura na natureza, não restringindo essa necessidade à aproximação da aventura apenas à Educação Física.

Conhecendo o cenário de formação inicial e continuada dos participantes do estudo, quando indagados sobre o tipo de formação que consideram necessária para a atuação como instrutores de atividades de aventura na natureza, dentre os dez que consideraram importante a formação por meio de graduação, foram citados os cursos de Educação Física (n=8) e de Fisioterapia, Educação Física, Psicologia e Nutrição (n=1). Um não especificou o curso de graduação que considera importante para a formação. Dois, acreditam ser necessário ter curso de pós-graduação em remo e em atividades de aventura com prancha. Ainda, entre os quatro que consideraram necessário outros tipos de formação, foram indicadas: “intimidade com a natureza envolvida” (Adrian, 38 anos, instrutor de surfe); “[...] ser humano, com consciência, educação, para não ferir e não destruir nossa maior riqueza (Everaldo, 62 anos, instrutor de mergulho, remo e natação de travessia); “atendimento à norma publicada da ABNT NBR 1533” (Ademar, 51 anos, instrutor de kitesurf)” e “exame de aptidão física em dia” (José, 30 anos, instrutor de mergulho).

Auricchio (2013) encontrou que 50% dos profissionais de atividades de aventura por ele investigado no Estado de São Paulo, acreditam ser necessária formação em nível superior para atuar neste segmento, enquanto que 50% pensavam o contrário. Os primeiros mencionaram o curso de Educação Física e de Turismo como os mais adequados para essa formação, enquanto os últimos explicaram que são os cursos técnicos específicos aqueles essenciais para a instrução dessas atividades, bem como os aprendizados gerados por meio da própria prática.

No presente trabalho, as vivências práticas ganharam destaque, também, no item sobre a formação considerada necessária para a atuação neste segmento. Nessa direção, Paixão e Tucher (2010) salientam que as diferentes atividades de aventura na natureza possuem especificidades e características independentes, podendo decorrer daí o fato de que os instrutores acabam desenvolvendo determinadas competências para a sua instrução à medida que elas se tornem necessárias, seja de forma intuitiva, a partir da vivência como praticante ou ex-praticante, ou ainda, por cursos de curta duração na área específica. Isso confirma a ideia de que os indivíduos envolvidos profissionalmente com a instrução de atividades de aventura na natureza, no Brasil, ainda não dispõem de uma identidade de atuação como se observa em outras categorias profissionais.

Bandeira e Ribeiro (2015) focalizam uma realidade específica, o caso da cidade de Brotas (SP), conhecida como a capital da aventura. As autoras apontam que as atividades de aventura na natureza representam uma oportunidade de emprego aos moradores locais, os quais, até então, limitavam-se principalmente a empregos braçais, como cortar cana ou trabalhar em lavouras de laranja. Com a ascensão das atividades de aventura na natureza, os moradores buscaram se capacitar por meio de cursos técnicos para embasar as vivências práticas e o gosto pelo contato com a natureza e a aventura,

vislumbrando, assim, outra perspectiva de vida, permeada pelo emprego, pelo trabalho prazeroso, por viagens, ou, ainda, pela possibilidade de se profissionalizar como atleta, neste caso, especificamente na modalidade de *rafting*. Contudo, torna-se importante destacar que as autoras apontam dicotomias entre os moradores de classe média e alta em relação aos de classe baixa, no sentido de distinções entre as intenções de atuação com as atividades de aventura na natureza, bem como com o futuro, seja na continuidade com a formação em nível superior (opção de curso), seja para a atuação no segmento aventureiro (cargo a ser exercido).

No presente estudo, no que se refere às fontes de conhecimentos adquiridos pelos instrutores para a atuação com atividades de aventura na natureza, evidencia-se que foram expressivos, novamente, os resultados que retratam as experiências práticas com as atividades de aventura na natureza como fontes de aprendizagem para a atuação profissional. Além disso, é necessário especificar que a relação com outros profissionais (especificamente da área da Educação Física) e com o próprio contexto de intervenção foram citadas pelos instrutores, entre as "outras" fontes de conhecimentos, indicadas por quatro participantes do estudo. A norma nº. 1533 publicada em 2005 pela ABNT, a qual dispõe sobre o sistema de segurança para o turismo de aventura (ABNT, 2005b) foi, também, evidenciada entre estas últimas respostas. No estudo de Araújo (2012), os 15 profissionais investigados relataram as experiências práticas como "construtoras" da sua atuação profissional, bem como as destacaram como imprescindíveis para a sua formação.

A partir de uma perspectiva construtivista, Jarvis (2006) entende a aprendizagem humana como um processo existencial, ou seja, como o processo de estar no mundo. O centro da aprendizagem não seria o que foi aprendido, mas, sim, como a pessoa se

transforma (aprende) em decorrência do que ela faz, pensa e sente. Nesse sentido, o processo de aprendizagem inclui todas as oportunidades (acidentais ou intencionais) para aprender que uma pessoa experimenta ao longo de sua vida. É neste sentido que, no caso do presente estudo, destacam-se as oportunidades de aprendizagem por meio da própria prática. Ainda segundo Jarvis (2006), a aprendizagem é um processo individual; contudo, ocorre em um contexto social percebido e definido pelo indivíduo, resultando de interações específicas entre pessoas e ambiente, indicando que a aprendizagem ocorre também por meio de um processo experimental.

Dessa forma, apesar de esse processo de aprendizagem, que ocorre ao longo da vida, incluir também a "educação ao longo da vida" – sendo esta oportunizada principalmente por instituições sociais (como universidades) que preparam grupos de pessoas para exercer determinadas atividades profissionais -, ele não se restringe a esta última (JARVIS, 2007), abarcando possibilidades de aprendizagem por meio de situações práticas e de relações com o outro e com o ambiente. Schwartz e Carnicelli Filho (2006) consideram a observação uma importante fonte de aprendizagem, tanto para o instrutor quanto para o praticante, enaltecendo seu papel de garantir mais segurança ao participante na atuação profissional de instrutores de *rafting*.

Nessas discussões, e especialmente considerando que, neste estudo, aqueles que possuem nível superior são os que considerarem a formação universitária como fonte de conhecimentos para atuar como instrutores de atividades de aventura na natureza, bem como os que consideram esse tipo de formação necessária para a intervenção profissional neste segmento; mas que, de forma geral, a fonte de conhecimento prioritária e a formação necessária estão centradas nos cursos de capacitação específicos e nas vivências práticas -, o desafio parece estar em perceber ambos os conhecimentos

(teóricos e práticos) como essenciais e indissociáveis para a atuação na instrução de atividades de aventura na natureza no contexto do lazer.

No que concerne aos resultados sobre as características da atuação profissional dos instrutores participantes do estudo, apresenta-se a (TABELA 4).

Tabela 4 - Características da atuação profissional dos participantes do estudo (n=22).

Variáveis	Frequência
Atividades de aventura na natureza que atuam profissionalmente*	
Surfe	7
Remo	6
<i>Stand up paddle</i>	5
<i>Kitesurf</i>	4
<i>Windsurf</i>	2
Mergulho	2
Natação de travessia	1
Voo livre	1
Tempo de atuação profissional com as atividades de aventura na natureza mencionadas**	
Menos de um ano	1
De um a dois anos	5
De três a cinco anos	4
De seis a 10 anos	4
De 11 a 15 anos	5
De 16 a 20 anos	3
Mais de 20 anos	4
Características da atuação profissional em atividades de aventura na natureza*	
Profissional autônomo	7
Profissional de algum estabelecimento específico em atividades de aventura na natureza	12
Proprietário de estabelecimento específico em atividades de aventura na natureza	7
Profissional em determinado estabelecimento e proprietário em outro estabelecimento de atividades de aventura na natureza	10
Outras atividades profissionais	
Sim	13
Não	9
Satisfação com a atuação profissional em atividades de aventura na natureza	
Satisfeito(a)	18
Parcialmente satisfeito(a)	2
Insatisfeito(a)	2

*Os participantes do estudo poderiam fornecer mais de uma resposta para essa questão.

**Os participantes do estudo poderiam fornecer mais de uma resposta para essa questão, conforme as modalidades que atuam profissionalmente.

Fonte: autoria própria (2016).

Sobre as atividades de aventura na natureza que os instrutores atuam, destaca-se que a frequência expressiva de instrutores que atuam com atividades no meio aquático está possivelmente relacionada ao fato de Florianópolis (SC) ser uma cidade litorânea, com considerável área insular, contendo mais de 40 praias e diferentes lagoas, propícias à prática de atividades de aventura na natureza. Isso porque, quando se fala de atividades realizadas no ambiente natural, depende-se da existência de condições favoráveis deste último para que as primeiras possam ser desenvolvidas.

Dessa forma, é compreensível que, em cidades de outros estados brasileiros, como naquelas localizadas no interior do Estado de Minas Gerais, Paixão e Tucher (2010) tenham encontrado principalmente instrutores de atividades como escalada, corrida de aventura, paraquedismo, rapel, dentre outras que, na maioria dos casos, não envolvem o meio aquático. Em contrapartida, Auricchio (2013) destacou a predominância de instrutores de paraquedismo na cidade de Boituva (SP); de surfe, em Guarujá (SP); e, de *rafting* na cidade de Socorro (SP), todas com características privilegiadas à prática dessas atividades.

É pertinente informar que, neste estudo, há dois profissionais que atuam tanto como instrutores de surfe, quanto de *stand up paddle*; um que atua profissionalmente como instrutor de remo, de natação de travessia e de mergulho; outro, de *windsurf* e também de *kitesurf*; e, um, como instrutor de *windsurf*, *kitesurf* e *stand up paddle*. Ainda, o tempo médio de atuação profissional como instrutor dessas atividades foi de $11,9 \pm 10,3$ anos, sendo o menor tempo de atuação por um ano e o maior por 45 anos. Dois participantes do estudo não indicaram por quantos anos atuam profissionalmente

com as atividades de aventura na natureza mencionadas. No estudo de Auricchio (2013), os 59 profissionais investigados em três cidades do Estado de São Paulo, atuantes em 28 modalidades diferentes de atividades de aventura, também foram indagados sobre o tempo de atuação com tais atividades, sendo constatado que a maioria possuía mais que cinco anos de experiência na instrução das mesmas. Além disso, o autor verificou que os profissionais com mais tempo de experiência na área são aqueles que atuam com mais de uma modalidade de atividade de aventura, sendo que, em alguns casos, um mesmo profissional instrui cinco atividades diferentes.

No presente estudo este fato também pode ser verificado ao se equiparar os resultados dos instrutores que informaram atuar em mais do que uma atividade com o tempo de atuação na área: um que atua há 45 anos e, ou outro, há 18, instruem três modalidades de atividades de aventura na natureza; os que atuam com duas modalidades possuem 25 e 19 anos de experiência como instrutores. Contudo, algumas dessas atividades começaram a fazer parte de suas atuações há menos tempo, sugerindo que instrutores com maior tempo de atuação neste segmento da aventura estão interessados em novas possibilidades de intervenção, acompanhando as tendências do mercado, como no caso do *stand up paddle*, que, em Florianópolis (SC), expandiu-se muito nos últimos anos.

Para além da atuação como instrutores de atividades de aventura na natureza, dentre os 13 participantes do estudo, dois não especificaram, e os que informaram exercer, também, outras atividades profissionais, foram citadas atividades relacionadas ou não ao campo da aventura na natureza: técnico e preparador físico de atletas de surfe (n=1); estudante de mestrado em Aquicultura (n=1); [técnico] de manutenção de equipamentos (n=1); árbitro nacional de competições de *windsurf* e de *kitesurf* (n=1);

Engenheiro e Marinheiro (n=1); Empresário, Social mídia e e-commerce (n=1); professor de dança e de hidroginástica (n=1); [técnico] de conserto e manutenção de equipamentos de *kitesurf* (n=1); vendedor em loja de surfe (n=1); surfista profissional (n=1); jardineiro, instrutor de academia e professor de ginástica laboral (n=1).

Os resultados aqui encontrados referentes às características da atuação profissional em atividades de aventura e o desempenho (ou não) de outras atividades profissionais corroboram com os achados do estudo de Paixão e Tucher (2010), de Araújo (2012) e de Bandeira e Ribeiro (2015). Paixão e Tucher (2010) destacaram que os instrutores das atividades desse segmento compõem uma categoria profissional que atua, em sua maioria, na informalidade, sem vínculo empregatício oficializado, tendo em vista que, dentre os 121 instrutores de diferentes modalidades de aventura atuantes em Minas Gerais (MG), por eles investigados, a maioria (75) não tinha vínculo profissional. Além disso, 89 desempenham atividade profissional paralela à sua atuação como instrutor. No estudo de Araújo (2012), por sua vez, com 15 profissionais que atuam com atividades na natureza em Belo Horizonte (MG), a maioria desempenha sua atividade de forma autônoma, gerando uma demanda por conhecimentos ligados à administração de seu ramo de atuação, bem como, muitas vezes, a necessidade de atuação em outros ramos. Apenas cinco, dentre os profissionais por investigados por este autor, atuam exclusivamente com atividades de lazer na natureza. Na mesma direção, dentre os resultados encontrados no estudo de Bandeira e Ribeiro (2015), ao retratarem a realidade dos profissionais atuantes em Brotas (SP), evidenciou-se que, não raramente, esses profissionais trabalham sem carteira assinada e exercem outra profissão, sendo a atuação com as atividades de aventura uma ação secundária ou sazonal, de acordo com as altas e as baixas temporadas.

Sobre a satisfação com a atuação profissional como instrutores de atividades de aventura na natureza, dentre os 18 profissionais que afirmaram estarem satisfeitos, os motivos foram atribuídos ao gosto com as atividades que desempenham (n=3); ao retorno financeiro que essas atividades proporcionam, garantindo seu sustento com a atuação na área (n=6); ao fato de conseguirem motivar e incentivar as pessoas (n=3); à possibilidade de aplicação de conhecimentos aprendidos na graduação (n=1); e ao fato de ser possível dedicar-se inteiramente ao esporte (n=1). Houve alguns profissionais que não explicaram porque estavam satisfeitos com sua atuação profissional; assim como, um que, apesar de afirmar estar satisfeito, comentou “acho que deveria ter um apoio maior do CREF e uma experiência que os atuantes fossem educadores físicos” (Maicon, 29 anos, instrutor de *stand up paddle*).

Dois profissionais disseram não estarem satisfeitos pela falta de incentivo e de condições inadequadas de trabalho e de segurança, assim como pela falta de profissionais qualificados. Outros dois informaram estarem parcialmente satisfeitos em decorrência da falta de interessados na atividade de remo e de materiais, especialmente mais barcos, e pela necessidade de atualização constante. Percebe-se, diante desses resultados, questões limitantes para a atuação profissional com atividades de aventura na natureza no contexto do lazer, sugerindo-a como um campo de trabalho ainda em consolidação, que carece de incentivos e de reconhecimento para que possa se configurar como atividade laboral principal de instrutores, bem como para que seja construído um perfil geral desses indivíduos.

No que se refere aos motivos que levaram esses indivíduos a atuarem profissionalmente como instrutores de atividades de aventura na natureza - resultados não apresentados na Tabela 4 por sua essência apenas qualitativa -, destacaram-se os

sentimentos de amor, prazer e a identificação/afinidade com as atividades que atuam profissionalmente, conseguidos principalmente por meio de experiências prévias como praticantes de tais atividades (n=14). Nas palavras de alguns participantes do estudo, o que motivou a atuação profissional como instrutor na área foi: "Amor pelo esporte e pela natureza, conseguir fazer do meu hobby o meu trabalho" (Verônica, 46 anos, instrutora de surfe); "As oportunidades que a vivência prática me proporcionou ao longo de 15 anos nesta área. Com isso, fui buscar conhecimento técnico para atuar" (Miranda, 27 anos, instrutor de remo). Além disso, a identificação com o meio natural também caracterizou as motivações para a atuação (n=3): "Prazer do trabalho em contato direto com a natureza e também poder proporcionar aos alunos um modo diferente de ver a vida, praticando um esporte de ação ao ar livre onde a principal fonte de energia é o vento!" (Ademar, 51 anos, instrutor de *kitesurf*); "A natureza é o nosso pulmão, nossa vida, nosso motivo de viver, precisamos cuidar muito" (Everaldo, 62 anos, instrutor de mergulho, remo e natação de travessia).

Paixão e Tucher (2010) também indagaram instrutores de atividades de aventura na natureza sobre os motivos de escolha pela atuação profissional nesse ramo, encontrando resultados similares aos aqui constatados. As discussões acerca das atividades de aventura na natureza constantemente permeiam aproximações de tais atividades com as emoções, em especial, com as sensações e sentimentos de prazer, descanso, vertigem, risco; e de respeito, ética e não dominação do ambiente natural. Entretanto, os estudos sobre o assunto geralmente identificam esses aspectos na perspectiva do praticante esporádico ou do atleta de modalidades da aventura (DIAS, 2006; LAVOURA; SCHWARTZ; MACHADO, 2008; MARINHO *et al.*, 2016; SCHWARTZ *et al.*, 2016), tornando-se necessárias mais reflexões sobre os estados

emocionais associados às atividades de aventura na natureza tendo-se como foco seus instrutores e suas motivações para a atuação profissional com essas atividades, tal como apontado neste estudo e no de Paixão e Tucher (2010).

Da mesma forma, o gosto pelas atividades de ensino esteve presente entre as motivações profissionais dos investigados (n=4): "prazer de ensinar" (Amaro, 39 anos, instrutor de surfe); "transmitir o conhecimento de forma segura" (Ciro, 33 anos, instrutor de surfe e de *stand up paddle*). Nessa direção, a formação acadêmica emergiu das respostas de três profissionais graduados em Educação Física, como aspectos motivadores para a atuação com a instrução de atividades de aventura na natureza. Houve, também, aqueles que relacionaram suas motivações a aspectos variados, como ao fato de estar vivo (n=1), à falta de pessoal qualificado para atuar (n=1), à vida livre (n=1), e à escolha do seu modo de vida (n=1).

Os participantes do estudo tiveram espaço para descrever outros aspectos sobre sua formação e atuação profissional em atividades de aventura na natureza que não tivessem sido contemplados no questionário pelos pesquisados. Seis profissionais comentaram que:

Estar constantemente preocupado com a evolução e as tendências do esporte, através de novas técnicas e informações, que vão visar à segurança e a parte física necessária para praticar o esporte, sendo ele de lazer, hobby ou atlético. Observando como isso influência na coordenação motora, biomecânica dos movimentos e aplicada nos diversos treinamentos (Adrian, 38 anos, instrutor de surfe).

Acredito que não é preciso única e exclusivamente ser ou ter um profissional de qualquer área, acredito que o conhecimento e a capacidade de inovar e melhorar a cada dia é a chave do sucesso!(Ciro, 33 anos, instrutor de surfe e de *stand up paddle*).

Realizar um estágio em um país desenvolvido na modalidade (Jonata, 60 anos, instrutor de remo).

Apenas o que já citei, apoio do CREF/CONFEF, exigência de uma graduação em Educação Física e um reconhecimento maior do Profissional de Educação Física, pois hoje muita gente trabalha com

atividades de aventura na natureza sem ter uma qualificação para isso (Maicon, 29 anos, instrutor de stand up paddle).

Trabalho em um regime normal de 40 horas semanais. Estando ainda em formação acadêmica, procuro cada vez mais reter conhecimento para então aplicá-lo em minha área de atuação (Miranda, 27 anos, instrutor de remo).

Minha área não é ensinada em nenhuma escola pública ou faculdade, sendo o esporte organizado mais antigo do mundo (Everaldo, 62 anos, instrutor de mergulho, remo e natação de travessia).

Cuidar da natureza deveria ser matéria educativa, desde as creches até as universidades (Everaldo, 62 anos, instrutor de mergulho, remo e natação de travessia).

Diante destas distintas reflexões apresentadas pelos instrutores investigados, pode-se afirmar o quão amplo é o universo da aventura, o qual atrai diferentes públicos e inspira muitas pessoas a atuarem profissionalmente, independentemente de terem se formado em alguma área de conhecimento mais distante desse campo de atuação, como Administração e Tecnólogo em Radiologia. Ao mesmo tempo, o contrassenso sobre a necessidade de ter formação acadêmica ou não é algo recorrente entre os instrutores de atividades de aventura na natureza, sendo esta uma lacuna a ser preenchida por intermédio de maiores debates acerca do processo de formação e atuação profissional neste campo, o qual deveria ocorrer não apenas no âmbito universitário e em pesquisas científicas, mas em conjunto com as entidades representativas das diferentes modalidades, os instrutores, os empresários do ramo, os praticantes e a sociedade em geral.

Considerações Finais

Dentre as constatações deste estudo, destaca-se que, embora uma parcela significativa dos instrutores possua formação em nível superior e busque cursos de formação continuada, é premente destacar a valorização da experiência prática,

elemento que sobressai diante dos dados encontrados neste estudo e merece um olhar mais refinado. Nesse sentido, um passo primordial será reconhecer e melhor compreender a importância em se unir estes dois conhecimentos, o teórico e o prático, para a formação e a atuação com atividades de aventura na natureza no contexto do lazer, bem como a necessidade de um trabalho conjunto e interdisciplinar, de modo a valorizar as diferentes áreas do conhecimento e torná-las aliadas para o fortalecimento do segmento da aventura.

Ao se reconhecer as limitações deste estudo, no que se refere ao número de instrutores investigados, se lança o desafio de pesquisar outros contextos nas diferentes regiões do Brasil, a fim de identificar as similaridades e diferenças, no intuito de buscar alternativas para a melhor sistematização do processo de formação profissional, bem como para a atuação com as atividades de aventura na natureza no contexto do lazer. Não obstante, torna-se necessário traçar relações com outras realidades em âmbito internacional, com vistas a contribuir para a organização do processo formativo e de atuação, uma vez que o contexto da aventura é mais estruturado em países como Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, devido aos aspectos históricos de criação e difusão de diversas modalidades inicialmente nestes locais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. H. R. **A formação de profissionais que atuam com esportes e atividades de lazer na natureza no entorno da cidade de Belo Horizonte (MG)**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **Turismo de aventura - Condutores** - Competência de pessoal. ABNT. NBR 15285:2005. Rio de Janeiro: ABNT, 2005a.

_____. **Turismo de aventura - Sistema de Gestão de Segurança - Requisitos.** ABNT. NBR 15331:2005. Rio de Janeiro: ABNT, 2005b.

_____. **Turismo de aventura - Terminologia.** ABNT. NBR 15500:2007. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

AURICCHIO, J. R. **Formação e atuação profissional em atividade de aventura no âmbito do lazer.** 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2013.

BANDEIRA, M. M.; RIBEIRO, O. C. F. Sobre os profissionais da aventura: problemas da atuação na interface esporte e turismo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 116-157, set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Proposta pedagógica para as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na Educação Física do Ensino Médio. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza.** Barueri: Manole, 2006. p. 180-210.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>.

COSTA, C. S. C. **Formação profissional no esporte escalada.** 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

DAL PUPO, J.; SCHUTZ, G. R.; SANTOS, S. G. Instrumentos de medida. In: SANTOS, S. G. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física.** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. p. 141-190.

DIAS, V. K. **A participação de idosos em atividades de aventura na natureza no âmbito do lazer: valores e significados.** 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

FIGUEIREDO, J. P. **Atitudes de condutores de atividades de aventura e a perspectiva de disseminação da sensibilização ambiental.** 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

INÁCIO, H. L. D. *et al.* Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios - reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 168-187, set. 2016.

JARVIS, P. **Globalization, lifelong learning and the learning society: Sociological perspectives.** London: Routledge, 2007.

_____. **Towards a comprehensive theory of learning**. London: Routledge, 2006.

LAVOURA, T. N.; SCHWARTZ, G. M.; MACHADO, A. A. Aspectos emocionais da prática de atividades de aventura na natureza: a (re)educação dos sentidos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 119-27, abr./jun. 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINHO, A. *et al.* Reflections about outdoor adventure sports and professional competencies of physical education students. **Journal of Adventure Education and Outdoor Learning**, Carlisle, v. 16, n. 1, p. 1-17, sep. 2016.

_____; INÁCIO, H. L. D. Educação Física, Meio Ambiente e Aventura: um percurso por vias instigantes. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 55-70, maio 2007.

_____. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, maio/ago. 2008.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-30.

NASCIMENTO, J. V. **Formação profissional em Educação Física e desportos**: contextos de desenvolvimento profissional. Montes Claros: Unimontes, 2002.

_____. Formação do profissional de Educação Física e as novas diretrizes curriculares: reflexões sobre a reestruturação curricular. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Org.). **Formação profissional em Educação Física**: Estudos e Pesquisas. Rio Claro: Biblioética Editora, 2006. p. 59-75.

PAIXÃO, J. A. **O instrutor de esporte de aventura no Brasil e os saberes necessários a sua atenção profissional**. Curitiba: CRV, 2012.

_____; TUCHER, G. Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2010.

SANTOS, P. M. *et al.* Formação profissional e percepção de competências de estudantes de educação física: uma reflexão a partir da disciplina de esportes de aventura e na natureza. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 26, n. 4, p. 529-540, out./dez. 2015.

SANTOS, S. G.; GHELLER, R. G. Construção e validação de instrumentos para coleta. In: SANTOS, S. G. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 195-206.

Aureo José A. Junior, Jamille M. Vaz, Formação e Atuação Profissional de Instrutores de Atividades...
Priscila Mari dos S. Correia, Miráira N. Manfroi,
Juliana de Paula Figueiredo e Alcyane Marinho

SCHWARTZ, G. M.; CARNICELLI FILHO, S. (Desin)Formação profissional e atividades de aventura: focalizando os guias de “rafting”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 103-109, abr./jun. 2006.

_____. *et al.* Estratégias de participação da mulher nos esportes de aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 156-162, 2016.

_____. *et al.* Preconceito e esportes de aventura: A (não) presença feminina. **Motricidade**, v. 9, n. 1, p. 57-68, 2013.

TEIXEIRA, F. A.; MARINHO, A. Atividades de aventura: reflexões sobre a produção científica brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 536-548, jul./set. 2010.

Endereço dos Autores:

Aureo José Amaral Junior
Av. Vereador Nagib Jabor, 333 - Capoeiras
Florianópolis – SC – 88.040-001
Endereço Eletrônico: aureo.amaral.junior@gmail.com

Jamille Machado Vaz
Servidão Unidos, 191 – Tapera
Florianópolis – SC – 88.049-335
Endereço Eletrônico: mile_vaz@hotmail.com

Priscila Mari dos Santos Correia
Servidão Dona Vitorina Lopes, LD30 – Campeche
Florianópolis – SC – 88.066-026
Endereço Eletrônico: priscilamarisantos@hotmail.com

Miráira Noal Manfroi
Rua Braulio de Souza, 258 – Jardim Itatiaia
Campo Grande – MS – 79.042-030
Endereço Eletrônico: mira_nm@hotmail.com

Juliana de Paula Figueiredo
Rua Paula Ramos, 1223 – Coqueiros
Florianópolis – SC – 88.080-401
Endereço Eletrônico: julianapfig@hotmail.com

Alcyane Marinho.
Rua Vereador Ramon Filomeno, 357 ap. 1001 torre 1 – Parque São Jorge
Florianópolis – SC – 88.034-495
Endereço Eletrônico: alcyane.marinho@hotmail.com